

LÍNGUAS DE SINAIS EMERGENTES NO BRASIL: O CASO DA LÍNGUA DE SINAIS MACUXI

Paulo Jeferson Pilar Araújo¹
Analú Fernandes de Oliveira²

RESUMO

Este artigo aborda a questão das chamadas línguas de sinais emergentes (LSEs) no contexto das línguas minoritárias no Brasil. São apresentadas as línguas de sinais emergentes das quais se tem conhecimento até o momento. A “descoberta” de línguas de sinais emergentes é discutida tomando como estudo de caso a Língua de Sinais Macuxi. Com isso, são discutidas questões relacionadas com essas línguas minoritárias tais como suas nomenclaturas e abreviaturas, as políticas linguísticas e os desafios de estudar e pesquisar línguas de sinais emergentes em um formato de pesquisa colaborativo em equipes multidisciplinares.

Palavras-chave: língua de sinais emergentes, língua de sinais Macuxi, línguas minoritárias.

Introdução

As línguas de sinais emergentes (doravante LSEs) têm recebido uma maior atenção em publicações recentes (MEIR, *et al*, 2010; LE GUEN; SAFAR; COPPOLA, 2021). No Brasil, desde a defesa de dissertação de Vilhalva em 2009, publicada em Vilhalva (2012), até os trabalhos de Quadros (2019), Silva e Quadros (2019) e Almeida-Silva e Nevins (2020), as LSEs no Brasil têm figurado em publicações e estudos

¹ Doutor em linguística pela Universidade de São Paulo-USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima-UFRR e do curso Letras Libras bacharelado na UFRR. Líder do Laboratório de Pesquisas em Línguas Orais e de Sinais-LaPLOS. E-mail: paulo.pilar@ufr.br.

² Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras-PPGL da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Graduada em Letras Libras pela UFRR. Integrante do Laboratório de Pesquisas em Línguas Orais e de Sinais-LaPLOS. E-mail: analu.rr.pls@gmail.com.

específicos. A realidade dessas línguas, no entanto, não é diferente das demais línguas minoritárias do Brasil, guardadas as devidas particularidades.

A cada dia, novas pesquisas relatam a existência de línguas de sinais criadas em vilas, aldeias ou comunidades isoladas e é justamente sobre essas “descobertas” de novas línguas de sinais que este artigo se debruça, tomando o caso da Língua de Sinais Macuxi como ilustrativo. O número de casos de criação de línguas de sinais, de sinais caseiros ao de línguas de sinais de vila podem ser bem maior do que tem sido documentado e relatado até o momento (ALMEIDA-SILVA; NEVINS, 2020). Essa realidade traz novos desafios para as políticas linguísticas e as ações de documentação, descrição e revitalização linguística.

O artigo está dividido em quatro seções principais, além desta Introdução e das Considerações finais. A primeira seção apresenta brevemente as línguas de sinais emergentes, situando assim a temática deste trabalho no contexto das línguas minoritárias do Brasil. Na seção seguinte, abordamos os trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento com LSEs no Brasil. Na terceira seção, tomando a Língua de Sinais Macuxi como estudo de caso para as discussões posteriores, descrevemos a referida língua de sinais desde a sua “descoberta” até as possíveis ações que podem e devem ser tomadas diante de uma língua jovem como essa. Na última seção antes das Considerações finais, trazemos uma reflexão sobre o estudo de LSEs tocando em alguns questionamentos para o estudo dessas variedades linguísticas.

Situando as línguas de sinais emergentes no contexto das línguas minoritárias no Brasil

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua de sinais dos surdos brasileiros reconhecida legalmente, não oficializada, pelo governo brasileiro. A Libras, como todas as línguas de sinais do mundo, é considerada uma língua minoritária, ou melhor, minorizada. Mesmo com o grande número de sinalizantes no Brasil, essa língua de sinais ainda não possui o prestígio de uma língua majoritária. No entanto, outras línguas de sinais recém localizadas ou em processo de descrição e documentação surgem como línguas minoritárias de fato, frente à Libras.

Se para o caso das línguas indígenas brasileiras a realidade da sua documentação e descrição é ainda incipiente, o caso das LSEs pode configurar bem mais preocupante.

Isso porque, conforme Moore e Galucio (2016), a documentação de línguas indígenas brasileiras encara ainda as dificuldades de determinar o número exato de falantes. Desde o mito do número de 180 línguas indígenas ao do Censo (IBGE, 2010) que aponta em torno de 274 línguas indígenas brasileiras, a documentação pautada em pesquisas linguísticas aponta, na verdade, para um número de 153 línguas indígenas ainda faladas no Brasil (2016, p. 44). A situação é relativamente inversa, para as LSEs no Brasil. O número de possíveis LSEs aumenta a cada ano, com a maior atenção dada por pesquisadores da área.

Seguindo Almeida-Silva e Nevins (2020), utilizamos neste trabalho o termo Língua de Sinais Emergentes-LSEs para denominar essas diversas línguas de sinais, considerando o que Le Guen, Coppola e Safar (2020) enumeram como características que as LSEs apresentam:

(...) (1) Elas são línguas com uma duração relativamente curta de existência (geralmente não mais que 2 ou 3 gerações, isto é, ligada com a presença de sinalizantes surdos). (2) Elas têm um número relativamente (inicial) pequeno de usuários primários, tão pequeno como o caso de um único sinalizante no caso de sistemas de sinais caseiros. (3) Elas não são línguas institucionalizadas, isto é, nenhuma instituição externa decide sobre a evolução da língua. (4) Devido a seu estatuto de emergentes, essas línguas de sinais exibem um alto grau de mudanças que não são observadas em línguas “consolidadas” que tenham existido por centenas de anos e utilizadas por uma comunidade extensa. (5) Em muitos casos, especialmente para as “línguas de sinais compartilhadas” (Nyst 2012), o número de sinalizantes ouvintes é maior que o de sinalizantes surdos, indicando que as práticas gestuais que foram/são usadas anteriormente ainda sejam visíveis para a língua de sinais. (LE GUEN; COPPOLA; SAFAR, 2020, p. 4) (Tradução nossa)

Basicamente, uma LSE se oporia às línguas de sinais institucionalizadas, isto é, aquelas que possuem algum reconhecimento legal e foram já gramatizadas (contam com dicionários e gramáticas). Os autores (2020, p. 4-8) descrevem rapidamente uma tipologia das línguas de sinais (LSs), como segue:

- Línguas de sinais consolidadas ou institucionalizadas: também conhecidas como línguas de sinais nacionais, aquelas amplamente conhecidas e legalmente reconhecidas. Caso da Libras da Língua de Sinais Americana (ASL na sigla em inglês), Língua de Sinais Francesa-LSF, etc.;

- Línguas de sinais de comunidades surdas: estariam em um estágio antes de serem LSs institucionalizadas. A diferença com as LSs institucionalizadas seria a formação de comunidades surdas novas a partir do agrupamento de surdos de diferentes históricos. Como exemplo, os autores citam a Língua de Sinais da Nicarágua-LSN e a Língua de Sinais Israelense-LSI;

- Línguas de sinais de vila/rural/indígena/de aldeia: nesta categoria são incluídas grande parte das LSEs por compartilharem praticamente todas as características elencadas na citação acima. Elas surgem geralmente em pequenas vilas ou aldeias, em zonas rurais ou em contexto de povos originários com grande incidência de surdez congênita ou adquirida. Essas LSs costumam ser ainda línguas de sinais compartilhadas por apresentarem às vezes um número de ouvintes sinalizantes bem maior que a de surdos sinalizantes, como é o caso das LSs institucionalizadas e das comunidades surdas. Como exemplo, os autores citam a LS Adamorobe e a LS de Kata Kolok, bastante conhecidas na literatura.

As duas últimas categorias não são propriamente LSEs, mas estão presentes no surgimento dessas línguas. São os sistemas de sinais caseiros (*homesign systems*), aqueles em que uma família cria um sistema de gestos para se comunicar com um filho ou outro parente surdo e as LS alternativas. Estas são criadas em situações como voto de silêncio ou em ambientes em que haja a proibição da fala, em atividades socioculturais como pesca e caça ou ritualísticos.

Mesmo não sendo contempladas na tipologia proposta por Le Guen, Coppola e Safar (2020), as línguas de sinais de imigração ou de fronteira poderiam figurar como uma categoria particular de LSs. É o caso da Língua de Sinais Venezuelana-LSV no Brasil (ARAÚJO; BENTES, 2020) e a Língua de Sinais Mexicana-LSM, nos Estados Unidos da América (QUINTO-POZOS, 2002), dentre outras em diferentes contextos de migração internacional³.

³ Vale lembrar que o número de LSs no mundo vem aumentando a exemplo do *Ethnologue* que há 10 anos atrás exibia menos de 100 LSs no mundo e atualmente chega a 141. Esse número pode ser maior como no *Glottolog*. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/subgroups/sign-language> Acesso em 13 de junho de 2021. Disponível em: <https://glottolog.org/resource/languoid/id/sign1238> Acesso em 13 de junho de 2021.

Línguas de sinais emergentes no Brasil

Apresentaremos, nesta seção, um compilado de estudos sobre o surgimento de novas línguas de sinais, tendo em vista que nem todas apresentam um caráter de descrição linguística, mas atestam a existência de determinadas LSEs no Brasil em diferentes estados. No caso das LSEs no Brasil, as pesquisas de Quadros e Silva (2017), Quadros (2019) e Almeida-Silva e Nevins (2020) nos situam sobre o desenvolvimento das pesquisas realizadas na área. Quadros e Silva (2017) comentam que entre as línguas de sinais encontradas podem ser categorizadas em diferentes tipos de comunidades. São eles: línguas indígenas, línguas de centros urbanos, línguas de vila, línguas de ilhas e línguas rurais. Segundo autores como Vilhalva (2012, p. 136) e Quadros e Silva (2017, p 142) os sinais emergentes são criados devido a uma necessidade de comunicação, passando por sinais indicativos, icônicos e arbitrários, ou seja, a necessidade de comunicação indica o surgimento de sinais caseiros, criados em contexto familiar, que perpassam os sinais emergentes, criando, assim, uma nova língua.

Os trabalhos sobre as LSEs no Brasil abarcam principalmente estudos nas áreas da antropologia, linguística e educação. Até o momento foram relatadas quase duas dezenas de LSEs no Brasil, e esse número deve aumentar. Vejamos a seguir o quadro das línguas de sinais emergentes encontradas atualmente no Brasil:

Quadro 1 - Lista de trabalhos voltados para línguas de sinais emergentes no Brasil

Categoria das LSs	Nome da LS	Local	Referências
LSE Originárias de Aldeias	LS Akwê-Xerente	GO	Barreto (2016)
	LS Païter Suruí	RO	Gregianini (2017); Eler (2017)
	LS Urubu-Ka'apor	MA	Kakumasu (1968), Ferreira-Brito (1984) Santos (2015), Godoy (2020)
	LS Sataré-Mawé	AM	Azevedo (2015)
	LS Kaingang	SC	Giroletti (2008)
	LS Terena	MS	Sumaio (2014) Sumaio (2018)
	LS Guarani-Kaiowá	MS	Coelho (2011), Vilhalva (2012), Lima (2013)
	LS Pataxó	BA	Damasceno (2017)
	LS Maxakalí	MG	Stoianov e Nevins (2017)
	LS Macuxi	RR	Araújo e Bentes (2018)
	Cena	PI	Pereira (2013); Almeida-Silva e Nevins (2020)
	Acenos	AC	Cerqueira e Teixeira (2014)

LSE Nativas/ Comunidades isoladas			Cerqueira e Teixeira (2016a, 2016b)
	LS da Fortalezinha	PA	Carlize, Formigosa e Cruz (2016)
	LS da Ilha do Marajó	PA	Martinod (2013), Formigosa (2015), Carliez e Fusellier (2016), Martinod, Gracia e Fusellier (2020)
	LS de Porto de Galinha	PE	Carliez, Formigosa e Cruz (2016)
	LS Caiçara	CE	Temóteo (2008)

Fonte: Adaptado de Silva e Quadros (2019) e Almeida-Silva e Nevins (2020).

A maioria desses trabalhos se encontra em dissertações de mestrado ou teses de doutorado das quais nem todas apresentam o mesmo nível de informação sobre as LSEs e seus usuários. Assim como diferentes perspectivas sobre a relação entre sinais caseiros, língua e cultura. Na impossibilidade de resenhar todos os trabalhos elencados no [quadro 1](#), fazemos alguns apontamentos de algumas daquelas LSs.

Os estudos sobre as LSEs Sateré-Mawé, Kaingang, Guarani-Kaiowá apresentam, de modo geral, questões relacionadas à identidade cultural e interação comunicacional no ambiente familiar e educacional. Girolletti (2008 p. 146) sobre a LSE Kaingang comenta a falta de estudos linguísticos sobre a estrutura dos sinais da LS Kaingang como língua, enfatizando que a funcionalidade e fluência destes sinais na aldeia é inquestionável.

A Língua Terena de Sinais exhibe um nível mais aprofundado em seus estudos linguísticos apresentados por Sumaio (2014), que em sua dissertação realiza um estudo comparativo entre os sinais utilizados por indígenas Terena evidenciando o uso de sinais nativos e apresentando um inventário destes, dando continuação à pesquisa em sua tese de doutorado defendida em 2018. Sumaio (2018) faz uma análise descritiva inicial dos sinais Terena nos níveis, fonológico, lexical gramatical, morfológico, sintático, semântico e outras considerações linguísticas.

Também se destacam os estudos realizados sobre a Língua de Sinais Ka'apor. Em termos de data é considerada a língua com registros mais antigos no Brasil, registrada por Kakumasu no ano de 1968. O autor apresenta a LS utilizada por surdos na comunidade e um singelo inventário de sinais. É importante destacar que já no primeiro registro fica evidente o uso dos sinais para comunicação entre surdos e ouvintes. Em 1984, Ferreira-Brito faz um comparativo entre a LS Ka'apor e a Libras (que neste período era chamada de Língua de Sinais de São Paulo, *São Paulo Sign*

Language- SPSL). Ferreira-Brito (1984) enfatiza a consolidação da língua de Sinais entre os Ka'apor e seu desenvolvimento. Após um longo período sem publicação de trabalhos sobre a LS Ka'apor, surge um artigo de Santos (2015) mencionando questões sobre políticas públicas de educação que contemplem a identidade linguística e cultural do povo Ka'apor. Depois disso, somente com a publicação da tese de doutorado de Godoy (2020) surgem novas informações linguísticas relevantes sobre esta LS.

Stoianov e Nevins (2017) fornecem informações sobre a fonologia da LSE Maxakalí, mais especificamente detalhes sobre as Configurações de Mãos, assim como um inventário das mesmas. Os autores apresentam modelos de estudos fonológicos para línguas de sinais, dialogando com fenômenos encontrados em seus dados, para assim contemplar a complexidade da LS Maxakalí e a importância de estudos fonológicos para as línguas de sinais emergentes.

Em sua tese, Pereira (2013) apresenta a Cena como língua visual-gestual, um registro visual significativo de sinais e variações em contextos distintos com o objetivo principal de mostrar a interação entre surdos e ouvintes de Várzea Queimada, zona rural do município de Jaicós, estado do Piauí, na produção, circulação e manutenção da Cena (PEREIRA, 2013, p. 22). Recentemente, Almeida-Silva e Nevins (2020) publicaram um artigo sobre a Cena. O trabalho traz discussões interessantes sobre os conceitos de LSEs, sinais caseiros, a importância da pesquisa linguística com essas línguas, o contexto sociolinguístico, no entanto, os pesquisadores objetivam realizar uma descrição preliminar dos aspectos linguísticos da Cena nos níveis fonológico, morfológico, lexical e sintático. Os autores também tecem considerações a respeito das variações linguísticas encontradas na Cena.

No caso dos sinais intitulados Acenos, os trabalhos se restringem a questões relacionadas à iconicidade. Cerqueira e Teixeira (2014, 2016a, 2016b) publicaram artigos sobre estes sinais chamados de caseiros, relacionados ao enfrentamento de dificuldades quando os surdos da localidade chegam à escola, onde o ensino para surdos é obtido por meio da Libras. Além de uma perspectiva educacional, as pesquisas realizadas pelos autores se limitam em tentar relacionar os sinais utilizados pelos surdos à dicotomia entre arbitrariedade e iconicidade, talvez pela dúvida de ser ou não uma língua de sinais emergente.

Com essa perspectiva linguística voltada para as questões da iconicidade, acrescida da documentação e discussões sobre acessibilidade e reconhecimento de línguas citamos as LSEs de Fortalezinha e de Porto de Galinhas citadas no artigo publicado por Carliez, Formigoza e Cruz (2016) e a LSE Caiçara apresentada por Timóteo (2008), bem como as LSEs da Ilha de Marajó, mencionadas por Martinod (2013), Formigosa (2015), e Carliez e Fusellier (2016) e mais recentemente em Martinod, Garcia e Fusellier (2020).

O que todas essas línguas têm em comum é o fato de estarem em consolidação e em rápidas mudanças. O nível de documentação e descrição para cada uma não é igual, tendo trabalhos que simplesmente atestam a existência de determinada língua a trabalhos de maior fôlego, com descrição de seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Outro aspecto interessante é o de que nas primeiras publicações da lista de LSEs no Brasil, contavam-se cerca de 12 línguas (QUADROS; SILVA, 2017). No Quadro 1 já são elencadas 16 línguas. Acreditamos que esse número possa crescer consideravelmente.

A “descoberta” de uma língua de sinais emergente: O caso da Língua de Sinais Macuxi

No estado de Roraima e suas fronteiras existem pelo menos três LSEs: a LS Macuxi da qual trataremos a seguir, a LS Yanomami (Helder Perri, c.p.) e a LS do Sul do Rupununi (Ben Braithwaite, c. p.), as duas primeiras na TI Raposa Serra do Sol e a segunda na região 9 da República Cooperativa da Guiana, fronteira com o município de Normandia.

Possivelmente a primeira menção à Língua de Sinais Macuxi seja Araújo e Bentes (2018, p. 587), então denominada provisoriamente pelos autores como Língua de Sinais Indígena Macuxi-LSIM. Antes disso, ainda em 2017, um aluno do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima informou a um professor, então colaborador naquele Instituto, da existência de uma família com cerca de dez irmãos surdos no interior do estado de Roraima, no município do Uiramutã (cerca de 315 Km de Boa Vista).

No ano seguinte, um outro aluno da graduação, do curso Letras Libras Bacharelado da mesma universidade, procurou o referido professor com a intenção de

um projeto de Iniciação Científica para estudar um grupo de surdos que parecia ter sua própria língua de sinais. Coincidentemente, estavam em Boa Vista oito irmãos surdos acompanhados do seu progenitor e de uma prima ouvinte que servia como intérprete. O professor colaborador do Instituto Insikiran percebeu que esses oito irmãos eram os mesmos relatados pelo aluno em 2017. Passou uma tarde na companhia dos irmãos surdos e aproveitou para fazer rapidamente algumas perguntas sobre a língua de sinais que utilizavam.

Das poucas horas em contato com os irmãos surdos, o professor coletou algumas informações sobre o sistema de sinais utilizados pelos irmãos surdos Macuxi. A história dessa família de surdos não deixa de ser um tanto quanto curiosa. Conforme relato da prima ouvinte e do pai dos irmãos surdos, seu primeiro filho nasceu ouvinte, mas foi assassinado numa ajuri⁴. Com o susto do ocorrido, a mãe desmaiou e ao acordar não conseguia mais falar ou ouvir. Depois desse incidente, os filhos seguintes nasceram todos surdos, no total de dez irmãos. Atualmente todos os irmãos surdos têm acima de 20 anos e juntamente com a mãe criaram o sistema de sinais denominada aqui de Língua de Sinais Macuxi. A língua é agora aprendida por crianças e outros parentes da comunidade. Houve uma professora indígena que tentou levar a Libras para a comunidade, mas felizmente não teve sucesso. Com o estigma da surdez, apenas uma das filhas casou na comunidade. Segundo a crença do povo Macuxi, a surdez da família pode ter advindo do Kanaimé, entidade considerada um *trickster*⁵ nas culturas indígenas de Roraima.

Quanto à estrutura linguística do sistema de sinais dos irmãos surdos, o encontro com os sinalizantes Macuxi permitiu eliciar alguns pares mínimos que naquele momento não foram anotados, dentre eles os sinais para PROFESSOR e ALUNO. O primeiro realizado com o gesto de escrever na altura acima da cabeça (no quadro) e o segundo com o gesto de escrever na altura do peito (carteira). Em ambos a configuração de mãos e movimentos são os mesmos, alterando apenas a *locação*. Os sinais para FARINHA e CAXIRI também foram eliciados, porém foi notado que a distinção para os dois sinais se dava no movimento do preparo dos alimentos. Talvez o que tenha mais chamado a atenção foi o sinal para “amanhã”, pautado em um *frame* de referência

⁴ O termo é utilizado para mutirões realizados para a limpeza de áreas e outras atividades na comunidade.

⁵ Termo conhecido na literatura antropológica, traduzido como bagunceiro, arruaceiro. O Kanaimé é temido em muitas comunidades indígenas e por várias etnias do Circum-Roraima.

geocêntrico, ou seja, o sinal AMANHÃ é realizado apontando-se para o leste e não para a frente do corpo como acontece na Libras.

Após essa “descoberta” da Língua de Sinais Macuxi, notícias sobre essa língua foram se espalhando, sendo citada rapidamente por Godoy (2020, p. 174) como um sistema utilizado por sete irmãos surdos em Roraima. Mais recentemente a língua tem sido alvo de estudo em nível de pós-graduação⁶ e um projeto de documentação foi submetido a uma agência internacional para documentação de línguas em perigo, o *Endangered Language Documentation Program-ELDP*, mas todos os projetos supracitados foram de certo modo suspensos ou interrompidos devido à pandemia da Covid-19 que impediu o acesso às comunidades indígenas do estado.

Com essa descoberta, o professor a quem essa língua foi primeiramente relatada tem tentado arregimentar um grupo de estudiosos para uma descrição e documentação adequada da língua. As dificuldades de acesso e a pandemia já mencionada têm postergado ações mais diretas para o conhecimento dessa língua de sinais e as outras citadas no início desta seção. Essas dificuldades têm se mostrado como pontos de reflexão para o início das pesquisas que vise não apenas produtos acadêmicos, mas que propiciem um retorno à comunidade e aos irmãos surdos Macuxi.

Algumas questões para os estudos de línguas de sinais emergentes

O estudo de uma LSE como a Língua de Sinais Macuxi traz à tona alguns questionamentos implicados na descrição e documentação dessas línguas. Nos deteremos em pelo menos três aspectos relacionados ao tratamento de uma LSE, tomando como exemplo a nossa descoberta da língua supracitada: (i) a nomenclatura e abreviação das LSEs; (ii) o estatuto das LSEs nas políticas linguísticas e, (iii) o papel dos linguistas e seus pares no trabalho colaborativo com os sinalizantes “nativos”.

A questão da nomenclatura e abreviação de línguas de sinais tem recebido pouca atenção, tendo no artigo de Andersson (2001) uma boa reflexão sobre a problemática. A forma como linguistas decidem denominar as LSEs muitas vezes ignora os endônimos escolhidos pelos próprios usuários das línguas, com algumas exceções como o caso da

⁶ Uma aluna e um professor do curso Letras Libras Bacharelado da UFRR iniciaram projetos de mestrado e doutorado com objetivo de descrever a LSM. Aquela no Programa de Pós-graduação em Letras-PPGL da UFRR e este no Programa de Pós-graduação em Linguística da Unicamp.

Cena (PEREIRA, 2013) e da Acenos (CERQUEIRA; TEIXEIRA, 2014). É bastante comum escolherem ou a localidade ou a etnia do povo para denominar a língua e isso não é regra geral. Para o caso da Língua de Sinais Macuxi, até aqui não abreviada, foi cogitado por um tempo denominá-la Língua de Sinais do Uiramutã-LSUi, cidade onde é localizada a família dos irmãos surdos. Em outros momentos foi cogitado seguir a sequência da Língua Terena de Sinais, indicando primeiramente a etnia, depois a modalidade da língua. Nesse caso ficaria Língua Macuxi de Sinais, a LMS. Outra proposta foi a de Araújo e Bentes (2018) para Língua de Sinais Indígena Macuxi-LSIM.

Conforme apontado por Andersson (2001), um dentre vários problemas na abreviação das LSs é a coincidência entre abreviaturas. Por exemplo, em inglês a LS Britânica e a LS Brasileira não raramente são abreviadas como BSL. O mesmo para Língua de Sinais Macuxi-LSM, que pode ser confundida com a Língua de Sinais Mexicana-LSM. Nesse caso, um recurso comumente usado é o de não se seguir à risca a tradição de abreviar com três letras, mas procurar acrônimos ou utilizar mais letras, sugerindo, desta forma, que a Língua de Sinais Macuxi poderia ser abreviada como LSMac. Em inglês ficaria *Makushi Sign Language*-MakSL. A questão da denominação da língua deve ser solucionada junto aos usuários, *in loco*.

Logo que o interesse pela Língua de Sinais Macuxi tornou-se realidade para estudos e pesquisas, alguns colegas tiveram que justificar a pesquisa sobre uma possível língua de sinais ainda não documentada. Para isso, nos seus projetos era quase forçoso mencionar a Libras para justificar a pesquisa com uma outra língua de sinais que não fosse a Libras. Como as LSEs são pouco conhecidas, as agências de fomento buscam sempre relacionar à Libras qualquer investigação sobre outras línguas de sinais. O posicionamento de Quadros (2019) se mostra bastante otimista, defendendo o estatuto de línguas passíveis de descrição e análise para as LSEs da mesma forma que a Libras ou outras línguas de sinais institucionalizadas:

As demais línguas de sinais brasileiras estão sendo documentadas por meio de pesquisas de mestrado e doutorado. Este é o primeiro passo para a documentação das línguas brasileiras. O mapeamento delas as coloca entre as línguas que passam a integrar o patrimônio das línguas brasileiras, por meio da lei que determina o Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Ministério da Cultura. Ao serem mapeadas, tais línguas podem ser inventariadas e integrar ações de preservação e de valorização linguística. É importante destacar que, independentemente do estatuto dessas línguas de sinais, todas devem

ser reconhecidas como legítimas, estudadas e promovidas como um bem cultural brasileiro, a documentação, que pode ser feita também por meio do estabelecimento de corpora de língua de sinais, é fundamental para a preservação e o reconhecimento dessas línguas. (QUADROS, 2019, p 15)

No entanto, o trabalho de documentação e descrição de LSEs esbarram nas particularidades do surgimento dessas línguas e do grau de convencionalização de seus sistemas fonológicos, morfossintáticos, semânticos, etc. O reconhecimento dessas particularidades, de serem línguas jovens, pode permitir um trabalho de documentação mais satisfatório.

Por fim, uma terceira questão tem a ver com o ofício do linguista. As línguas minoritárias, notadamente as línguas indígenas brasileiras que possuem seus linguistas, geralmente são alvo de um roteiro relativamente fixo. Um jovem aspirante a linguista começa a trabalhar com uma língua minoritária, produz seus primeiros trabalhos em nível de graduação ou pós-graduação. Inicia com a descrição da fonologia e aspectos morfossintáticos na dissertação, posteriormente em uma tese pode oferecer uma gramática descritiva da língua mais robusta. Produz artigos, materiais didáticos sobre essa língua e no futuro, alcançando uma posição como professor em uma universidade, arregimenta seus pupilos que abordarão outros aspectos ainda não estudados da mesma língua ou línguas “herdada(s)” de seu antigo orientador. Esse percurso bastante conhecido entre os linguistas pode levar a vida inteira de um só pesquisador. É o que se costuma dizer que o estudo de uma língua é um projeto de uma vida toda. No entanto, esse *habitus academicus* tem lá suas desvantagens. Não raramente as línguas passam a ser especialidade de apenas um restrito grupo de linguistas. Claro, há boas exceções, como o caso da língua Karitiana estudada por um grande número de pesquisadores dentro e fora da Universidade de São Paulo e a língua Wapixana, também estudada por diferentes pesquisadores de diferentes matizes teóricos. Considerando-se isso, as LSEs apontam para uma outra configuração de pesquisa.

As LSEs são línguas em processo de consolidação, e que já surgem como línguas em perigo. A melhor alternativa para elas é o trabalho colaborativo, não apenas entre linguistas e colaboradores nativos, mas colaborativo em equipes multidisciplinares que englobem linguistas de diferentes níveis de análise: fonólogos, sintaticistas, semanticistas, etc., como também antropólogos, educadores, tradutores e intérpretes de

línguas de sinais, estudiosos da tradução, etc. Isso, sem esquecer, a valiosa participação de pesquisadores surdos. Esse modelo foi executado pela equipe que estudou a Cena recentemente (ALMEIDA-SILVA; NEVINS, 2020) e se mostra como a melhor forma de documentar e descrever uma LSE na mesma velocidade em que essas línguas mudam e podem desaparecer.

Os três pontos apresentados nesta seção, que mais chamaram a atenção após a “descoberta” da Língua de Sinais Macuxi: a nomenclatura e abreviação de LSs, as políticas linguísticas para línguas emergentes e o modelo de trabalho colaborativo multidisciplinar apontam para reflexões que devem ser feitas nas ações de documentação e descrição da LSMac e de outras LSEs no Brasil.

Considerações finais

A quantidade de trabalhos sobre as línguas de sinais emergentes (LSEs) no Brasil parece ser significativa considerando que até então só se mencionava a Libras como a Língua de Sinais (assim mesmo em iniciais maiúsculas) no Brasil. No entanto, os diferentes trabalhos apresentados no Quadro 1 deste artigo constata a presença de diversas LSEs em território brasileiro e esses trabalhos apontam para os desafios e possíveis direcionamentos na pesquisa dessas variedades de línguas.

Este artigo traçou em um primeiro momento a realidade das LSEs e suas classificações para então se deter sobre uma lista (sempre incompleta) de LSEs no Brasil. Com o fim ilustrativo, a Língua de Sinais Macuxi foi utilizada, relatando-se desde a sua “descoberta” às pretensões e iniciativas de pesquisas e estudos sobre essa língua. Partindo do caso dessa língua, trouxemos para a discussão três pontos relacionados com as LSEs suscitados logo depois do surgimento do interesse pelo estudo de uma LSE: como nomear e abreviar o nome dessas línguas seguindo uma tradição poucas vezes questionadas (ANDERSSON, 2001), qual o real estatuto das LSEs nas políticas linguísticas no país e, a necessidade de um novo modelo de trabalho colaborativo e multidisciplinar para lidar com a realidade de línguas emergentes e em perigo, como é o caso das LSEs.

Este trabalho buscou ainda chamar a atenção de linguistas e outros estudiosos para a Língua de Sinais Macuxi, como também para aquelas questões já mencionadas. Espera-se que as breves reflexões e apontamentos apresentados se tornem ainda um

convite para parcerias que possam fazer jus à constatação da necessidade de trabalhos colaborativos multidisciplinares com LSEs.

Referências

ALMEIDA-SILVA, Anderson; NEVINS, Andrew. Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil). *Linguagem & Ensino* (UCPel), v. 23, p. 1029-1053, 2020.

ANDERSSON, Yerker. Is it necessary to create abbreviations of signed languages? *Sign Language Studies*, v. 1, n. 3, p. 214-227, 2001.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; BENTES, Thaisy. Línguas de sinais de fronteiras: o caso da LSV no Brasil. *HUMANIDADES & INOVAÇÃO*, v. 7, p. 125-135, 2020.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; BENTES, Thaisy. Contatos linguísticos e bilinguismo uni e bimodal entre a Libras e a LSV em Roraima. *Letra Magna*, v. 24, n. 23, p. 585-597, 2018.

AZEVEDO, M. J. S. *Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins*, 2015. Dissertação de Mestrado (Letras) Manaus: Universidade do Estado do Amazonas.

BARRETOS, Euder Arrais. *A situação de comunicação dos Akwê-Xerente Surdos*, 2016. 96f. Dissertação (Letras e Linguística), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CARLIEZ, M. L. S. S.; FORMIGOSA, E.; CRUZ, E. B. Accessibilité et égalité des chances aux micro-communautés des sourds brésiliens : vers la reconnaissance des langues des signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE. *MOARA*, v. 1, p. 113-143, 2016.

CERQUEIRA, I. F. TEIXEIRA, E. R. T. O problema da iconicidade na eliciação de sinais caseiros. *Revista Letrando*, v. 4 jan. /jun. 2016

CERQUEIRA, I. F. TEIXEIRA, E. R. T. Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul/AC. *ANTHESIS: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental*, ano 05, nº 08, 2016.

COELHO, L. L. *A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola*, 2011. Dissertação (Educação). Dourados: UFGD.

DAMASCENO, L. M.S. *Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional*, 2017. Dissertação (Educação). Bahia: Universidade Federal da Bahia.

ELER, Rosiane Ribas de Souza. *Mapeamento dos sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí*, 2017, 131f. Dissertação (Letras), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

FERREIRA-BRITO, L. 'Similarities and differences in two Brazilian sign languages'. *Sign Language Studies*, 42, p. 45-56, 1984.

GIROLETTI, M. F. P. *Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang*. Dissertação de Mestrado - Florianópolis: UFSC, 2008.

GREGIANINI, Luciana Coladine Bernardo. *Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade*. 2017. Dissertação (Letras), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

GODOY, Gustavo. *Os KA'APOR, os gestos e os sinais*. 2020. Tese (Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KAKUMASU, J. Urubu Sign Language. *International Journal of American Linguistics* v. 34, p. 275-281, 1968.

LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. Introduction. In: LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (orgs.). *Emerging Sign Languages in the Americas*. Berlim: de Gruyter, p. 1-32, 2020.

LIMA, J. M. S. *A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola* [Dissertação de Mestrado]. UFGD, 2013.

MARTINOD, E. *Les LS pratiquées par des sourds isolés de Marajó*, 2013. Dissertação de (Linguística), Université Vincennes Saint Denis- Paris 8.

MARTINOD, E.; GARCIA, B.; FUSELLIER, I. Sign languages on Marajó Island (Brazil). In: LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (orgs.). *Emerging Sign Languages in the Americas*. Berlim: de Gruyter, 2020.

MEIR, Irit; SANDLER, Wendy; PADDEN, Carol; ARANOFF, Mark. Emerging sign languages. In: MARSCHARK, M.; SPENCER, E. (orgs.). *The Oxford Handbook of Deaf Studies, Language and Education*, vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 2010. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780195390032.013.0018

MOORE, Dennis.; GALUCIO, Ana Vilacy. Perspectives for the documentation of indigenous languages in Brazil. In: BÁEZ, G. P.; ROGERS, C.; LABRADA, J. E. R. (Orgs.). *Language documentation and revitalization in Latin America Contexts*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2016.

PEREIRA, E. L. *Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí*, 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

QUADROS, Ronice. Tecnologia para o estabelecimento de documentação de línguas de sinais. In: CORREA, Y.; CRUZ, C. R. (Orgs.). *Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais*. Porto Alegre: Penso, 2019.

QUADROS, Ronice; SILVA, Diná. As comunidades surdas brasileiras. In: *Comunidades Sordas en América Latina*. Florianópolis – SC: Editora Bookess. p. 135-154, 2017.

QUINTO-POZOS, David. *Contact between Mexican Sign Language and American Sign Language in two Texas border areas*, 2002. Dissertação (Linguística), University of Texas at Austin.

SANTOS, Irlan Marcos Cerqueira. O acesso do surdo ka'apor em sua comunidade indígena à educação: uma discussão de inclusão. In: *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*. 2015, São Luis/MA. Anais, São Luis/MA: UFMA, 2015.

SILVA, Diná Souza da; QUADROS, Ronice Muller. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. *Brazilian Journal of Development*. Vol. 5, n. 10, 2019, p. 22111-22117.

SUMAIO, Priscilla Alyne. *Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da Terra Indígena Cachoeirinha*. 2018. 213 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara. Araraquara- SP. 2018

_____, P. A. *Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos*, 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

TEIXEIRA, E. R; CERQUEIRA, I F. Sinais caseiros: ponto de partida para o letramento de crianças surdas e consequente aquisição de libras e português escrito como L2. In: *SIELP*, 2014, Uberlândia. Anais do SIELP, 2014.

TEMÓTEO, J. G. *Diversidade linguístico-cultural da língua de sinais do Ceará: um estudo lexicológico das variações da Libras na comunidade de surdos do Sítio Caiçara*, 2008. Dissertação (Letras) João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

VILHALVA, Shirley. *Índios Surdos: Mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2012.

EMERGING SIGN LANGUAGE STUDIES IN BRAZIL: THE CASE OF MAKUSHI SIGN LANGUAGE

ABSTRACT

This article addresses the issue of the so-called emerging sign languages (ESLs) in the context of minority languages in Brazil. Some emerging sign languages known to date are presented. The “discovery” of emerging sign languages is discussed using the Makushi Sign Language as a case study. Thus, issues related to these minority languages are discussed, such as their nomenclatures and abbreviations, language policies and the challenges of studying and researching emerging sign languages in a collaborative research format in multidisciplinary teams.

Keywords: emerging sign language, Makushi sign language, minority languages.

Recebido em 28/05/2021.

Aprovado em 02/07/2021.